



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

06/05/2016

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1
1.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	3
2.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	4 - 6
2.3. SINDJUS.....	7
2.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	8
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	9
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	10
4.2. VARA CRIMINAL.....	11
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. DECISÕES.....	12
5.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	13 - 14
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	15
6.2. EVENTOS.....	16
6.3. ORÇAMENTO.....	17 - 18
6.4. SINDJUS.....	19

SAÍDA TEMPORÁRIA

“Tem preso que já saiu até 16 vezes”, afirma juíza

“Tem preso que já saiu dezesseis vezes. Sai e volta, sai e volta”, afirma a juíza Ana Maria Almeida Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais – VEP, sobre a saída temporária concedida a presos que cumprem pena em regime semiaberto e que apresentam bom comportamento carcerário. Através do benefício previsto na Lei de Execução Penal, 361 apenados do sistema penitenciário da Região Metropolitana saem dos estabelecimentos onde cumprem pena na manhã de quinta-feira (05) para retornarem aos mesmos até as 18h do próximo dia 11, na saída temporária do Dia das Mães.

Segundo a magistrada, algumas cerimônias realizadas pela VEP na Penitenciária de Pedrinhas têm por

objetivo a entrega de diploma aos apenados que retornam das saídas temporárias. “O auditório fica lotado”, garante. E continua: “A Lei de Execuções não prevê apenas punições para os que não retornam, mas também recompensas para os que cumprem o estabelecido”.

Ressocialização - Para a magistrada, “muitas pessoas criticam a concessão do benefício, mas não sabem o que é. Não têm parente preso. Quando têm, mudam totalmente o posicionamento. Preso é gente. Cometeu um crime, mas foi julgado. Está cumprindo pena”, observa.

A juíza ressalta ainda o objetivo do benefício, o da ressocialização do preso intermediário (que cumpre pena no regime semiaberto). “Ninguém fica preso a vida toda, em algum momento

esse preso vai sair, vai ter contato com a sociedade. Esse é o fundamento do benefício”, esclarece.

Nas palavras da magistrada, se o preso fizer jus ao benefício, cabe ao juiz apenas deferir. O juiz não pode negar.

Primeira vez - Falando sobre a evasão de beneficiados com a saída temporária, Ana Maria Vieira afirma que vinha observando que essa evasão se dava, principalmente, entre os presos contemplados com o benefício pela primeira vez. Em vista disso, resolveu aferir os números relativos à saída da Páscoa de 2016, quando 352 apenados deixaram os estabelecimentos penais e dos quais 45 não retornaram. Desses, 29 tinham saído pela primeira vez, apontou o levantamento feito pela juíza

que atribui o fato à ânsia de alguns ao se verem em liberdade pela primeira vez.

Lei de Execução Penal – São cinco as saídas temporárias anuais previstas na Lei de Execução Penal – LEP (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984): Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal. Segundo a Lei, a autorização para as saídas “será concedida por ato motivado do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária”.

Presos contemplados com o benefício assinam um termo de compromisso no qual constam, entre outras exigências a ser cumpridas durante o período da saída, as de não frequentar bares, casas noturnas e similares; não portar armas, e recolher-se à residência até as 20h.

Criança é apreendida em salão de Umbanda e relata ritual em Timon

Uma operação conjunta das polícias Civil do Maranhão e Piauí resultou na apreensão de uma criança que estava no mesmo salão de Umbanda, na zona rural da cidade de Timon, onde a menina Francisca Alice Silva Barreto, morta com indícios de intoxicação, teria passado por ritual de cura. A ação ocorreu nesta quinta-feira (5).

A menina apreendida foi trazida para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), em Teresina, onde prestou depoimento e confirmou que passou por um ritual de purificação em que são feitos cortes pelo corpo. “A criança é bem inteligente, mas não está estudando. Em depoimento, ela relatou como era feito todo o processo (do ritual). A menina contou que teve os cabelos cortados e marcas em forma de cruz foram feitas pelo pessoal do salão de umbanda durante um ritual religioso. Ela foi levada pelos pais para o local”, contou o conselheiro tutelar de Teresina Djan Moreira.

Após prestar depoimento na DPCA, a menina foi entregue aos cuidados do Conselho Tutelar de Timon, que está acompanhando a mãe da criança apreendida e vai continuar a investigação.

Uma filha da proprietária do salão de Umbanda, bem como seu advogado, também estavam na delegacia, mas não quiseram falar com a imprensa.

Francisca Alice morreu no dia 28 de abril após 15 dias internada no Hospital de Urgência de Teresina (HUT), com suspeita de intoxicação e tortura que teria sido praticada durante uma cerimônia



Criança que prestou depoimento na DPCA saiu acompanhada

religiosa. Um dia antes de vir a óbito, profissionais do HUT suspeitaram do abuso e pediram uma perícia para Serviço de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (Samvis). O resultado da perícia confirmou o abuso, bem como que a criança estava infectada com o vírus HPV (human papillomavirus).

A promotora de justiça da Vara da Infância e Juventude de Teresina, Vera Lúcia Santos, que acompanha o caso também confirmou o estupro. Ela disse que todas as crianças que frequentaram o ritual de cura vão passar por exames para saber se sofreram tortura ou foram vítimas de abuso sexual.

Conselho verifica se mais crianças foram abusadas

Três meninos que também teriam sido submetidos a ritual de purificação em um salão de umbanda, localizado a 20 km da cidade de Timon, no Maranhão, foram levados ao Instituto Médico Legal de Teresina (IML) e passaram por exames

de corpo de delito na última terça-feira (3). Segundo a conselheira tutelar Socorro Arraes, as suspeitas de abuso sexual e tortura não foram confirmadas pelos procedimentos.

“Foram feitos os exames e não ficou comprovado nem abuso sexual e nem agressão física. Essas crianças também estiveram no salão de umbanda e essa análise é justamente para saber se eles também sofreram lesões como a menina de 10 anos que morreu. Agora iremos encaminhar os resultados para o Ministério Público e para a Polícia Civil. Mais crianças continuam sendo investigadas”, contou.

Investigação

O delegado Luccy Keiko, gerente de policiamento metropolitano de Teresina, revelou ao portal G1 na quarta-feira (4) que a conclusão dos laudos sobre a morte da menina de 10 anos, suspeita de intoxicação e tortura em ritual, deve sair em 15 dias. Segundo ele, a perícia feita no corpo da

criança deve apontar também quando ocorreu o abuso sexual na vítima.

“A delegada Tatiana Trigueiro, titular do caso, vem tentando ao máximo agilizar o resultado dos exames feitos no corpo da menina e no líquido ingerido por ela. A informação repassada pelo IML [Instituto Médico Legal] é que os laudos devem ficar prontos até o dia 15 deste mês. Vamos aguardar, porque queremos apresentar um laudo final sem questionamento”, contou o delegado.

Luccy Keiko explicou que com os laudos prontos, a polícia terá a definição da causa da morte da menina e há algumas respostas que faltam sobre o crime de abuso. Segundo o delegado, a partir dos resultados se pode determinar quem teve contato com a criança ou até mesmo identificar o suspeito do estupro de vulnerável.

Sobre os casos de torturas em outras quatro crianças, o delegado informou que as investigações vão acontecer junto com a Polícia Civil de Timon, no Maranhão, local onde acontecia os rituais. Caberá ao estado vizinho apurar a responsabilidade do salão de umbanda.

Vara da Infância

O Juizado da 1º Vara da Infância e Juventude de Teresina recebeu do Conselho Tutelar a denúncia de que mais de 20 crianças teriam sido submetidas a torturas nesses rituais. Com a informação, a juíza Maria Luiza de Moura Melo, disse que autorizou os conselheiros a recolher qualquer criança desacompanhada que apareça com as mesmas características dessa vítima (cabelo raspado e cicatrizes em forma de cruz).

Registro imobiliário

O Tribunal de Justiça aprovou o Projeto de Lei Complementar que propõe a criação de duas novas serventias extrajudiciais de registro imobiliário, no município de São Luís, aumentando para quatro as zonas de registro de imóveis. A proposta é fruto de um estudo de autoria do desembargador João Santana Sousa.

O projeto detalha a competência de acordo com a área de abrangência de cada uma das quatro zonas de registro de imóveis. A proposta considerou que as duas serventias extrajudiciais existentes seriam insuficientes para suprir a demanda, em razão do aumento populacional.

Saída temporária
**346 presos
já deixaram
Pedrinhas
para o Dia
das Mães**

POLÍCIA 5

346 presos deixam Pedrinhas para o Dia das Mães em casa

Dos 361 apenados beneficiados com a saída temporária, 15 foram impedidos, porque existiam novas ordens judiciais contra eles; algumas detentas saíram sozinhas, já que seus familiares não compareceram para recebê-las

ISMAELARAÚJO
Da editoria de Polícia

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) informou ontem à tarde que dos 361 detentos beneficiados com a saída temporária do Dia das Mães, concedida pela Justiça, apenas 346 saíram efetivamente, já que 15 foram impedidos por haver novas ordens judiciais contra eles. Ontem, a movimentação de familiares das internas do presídio feminino em Pedrinhas para esperar a saída das beneficiadas com a saída temporária do Dia das Mães foi baixa. Em compensação, na portaria da Penitenciária de Pedrinhas, era grande a movimentação de parentes dos internos.

Esse benefício foi concedido via portaria de número 14/2016, assinada pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira. Inclusive, há interno que, segundo ela, já foi agraciado com esse tipo de benefício mais de 16 vezes. Os detentos saíram ontem do presídio com a recomendação de retornarem até as 18h da próxima quarta-feira.

A apenada Dilza Mendes, de 35 anos, deixou a unidade prisional sozinha e teve que ir para a sua residência, bairro não revelado, de carona no veículo de parentes de uma amiga de cela. Ela falou que, apesar de não ter ninguém à sua espera na portaria da unidade prisional, estava feliz pelo fato de ter a certeza que iria passar o Dia das Mães, em casa em companhia de seus filhos. "Estou feliz, pois vou para casa e ainda ganhei flores da



Biné Moraes

Mulheres apenadas que foram beneficiadas com a saída temporária receberam flores da direção do presídio

NÚMERO

346

apenados do Complexo Penitenciário de Pedrinhas foram liberados na manhã de ontem, com recomendação de retornarem na próxima quarta-feira

direção do presídio", declarou a interna.

A outra apenada, que não quis se identificar, não tinha ninguém lhe esperando e por isso iria para a casa por meio de transporte coletivo. "Esta é a terceira vez que sou beneficiada com a saída temporária e todas as vezes vou sozinha

“ Eu estou muito ansiosa, pois quero o meu filho junto comigo no Dia das Mães”

BENTA MORAES,
mãe de interno

para casa, mas quando retornou venho acompanhada pelo meu filho”, explicou.

Movimentação intensa

Mães ansiosas, crianças, irmãos e mulheres de internos começaram a chegar desde as 7h à Penitenciária de Pedrinhas e por volta das

8h30 havia um grande número de pessoas na portaria dessa unidade prisional. Benta Moraes, de 58 anos, disse que mora em um povoado da cidade de Raposa e, mesmo com a doença zika, tinha saído de casa às 6h para chegar a tempo de receber o filho, Welson Correa dos Santos, de 26 anos, preso há 2 anos pelo crime de furto, e ontem era a primeira vez que deixava o presídio para passar um fim de semana em casa. "Eu estou muito ansiosa, pois quero o meu filho junto comigo no Dia das Mães", disse ela.

Outra que também chegou cedo a Pedrinhas foi Daiane Reis. Ela informou que tinha ido buscar o marido, Ivanildo Costa, de 27 anos, que está preso pelo crime de roubo. Ainda segundo Daiane Reis, o seu esposo iria passar o próximo fim de semana com a mãe, Maria

SAIBA MAIS

O que diz a Lei de Execuções Penais

Lei de Execução Penal: São cinco as saídas temporárias anuais previstas na Lei de Execução Penal - LEP (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984): Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal. Segundo a Lei, a autorização para as saídas "será concedida por ato motivado do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária". Presos contemplados com o benefício assinam um termo de compromisso no qual constam, entre outras exigências a ser cumpridas durante o período da saída, as de não frequentar bares, casas noturnas e similares; não portar armas, e recolher-se à residência até as 20h.

Costa, de 72 anos.

O interno Arlindo Pereira Filho, o *Xulinha*, de 26 anos, foi recebido pelo irmão, George Pereira, de 31 anos. "O meu pai me pediu para buscar o meu irmão, mas também estou com a missão de deixá-lo no prazo estabelecido pela Justiça", declarou George Pereira.

O apenado Antônio Denilson Costa Sá, de 37 anos, disse que pela quinta vez era agraciado com a saída temporária e que sempre

cumpriu as recomendações feitas pela coordenação da unidade prisional. Ele também falou que está cumprindo pena pelo crime de roubo, mas provavelmente deve deixar o presídio de vez no próximo ano.

Várias vezes

"Tem preso que já saiu 16 vezes. Sai e volta, sai e volta", afirmou a juíza Ana Maria Almeida sobre a saída temporária concedida a apenados que cumprem pena em regime semiaberto e que apresentam bom comportamento carcerário. Segundo a magistrada, algumas cerimônias realizadas pela VEP na Penitenciária de Pedrinhas têm por objetivo a entrega de diploma aos apenados que retornam das saídas temporárias.

Para ela, o objetivo do benefício é a ressocialização do preso intermediário (que cumpre pena no regime semiaberto). "Ninguém fica preso a vida toda. Em algum momento, esse preso vai sair, vai ter contato com a sociedade. Esse é o fundamento do benefício", esclarece.

Em relação à evasão de beneficiados com a saída temporária, Ana Maria Vieira afirma que vinha observando que essa evasão se dava, principalmente, entre os presos contemplados com o benefício pela primeira vez. Em vista disso, resolveu aferir os números relativos à saída da Páscoa de 2016, quando 352 apenados deixaram os estabelecimentos penais e dos quais 45 não retornaram. Desses, 29 tinham saído pela primeira vez, apontou o levantamento feito pela juíza, que atribui o fato à ânsia de alguns ao se verem em liberdade. ●

Recepção

Atendendo solicitação feita por representantes, do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão, o deputado Wellington do Curso (PP) solicitou que seja realizada audiência pública, com o intuito de debater a possível adoção de horário único de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Segundo os servidores públicos, essa é uma medida que já está sendo adotada em diversos tribunais do país.

INAUGURAÇÃO



Comarca de Matões tem novo Fórum

MATÕES - As novas instalações do Fórum Dr. José Ribamar Elouf, da Comarca de Matões, foram entregues pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, que ressaltou o trabalho de valorização da Justiça de 1º Grau conduzido pelo Judiciário maranhense.

Saída temporária

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) informou, por meio de nota, que dos 361 detentos beneficiados com a saída temporária do Dia das Mães, concedida pela Justiça, na manhã dessa quinta-feira (05), apenas 346 saíram efetivamente, já que 15 foram impedidos por haver novas ordens judiciais. O retorno dos internos ao sistema prisional deverá ocorrer até às 18h de quarta-feira (11), prazo este determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 014/2016, que prevê pena de regressão de regime, para os internos que descumpriram.



1 Poder Judiciário do Maranhão vive agora, como sempre, reclamando de salários, gratificações, poucos juízes por habitantes, carência de funcionários, interferência demais do CNJ e da pressão do sindicato de seus servidores. Em meio à crise que abate as finanças do Estado, o TJ está sob intenso fogo cruzado.

2 A pressão no Judiciário não para de crescer. Principalmente, as suas demandas diante de uma população que a tudo recorre em busca de direitos ou supostos direitos. Nesta semana, o desembargador Marcelo Carvalho surpreendeu o plenário do TJ com um discurso bravo em que desfiou o baixo salário dos togados, intransigência do Sindjus, da ação do CNJ na gestão do TJ, etc, etc.

FRAUDE
NASSAÚDE

Roseana Sarney se sente injustiçada com denúncia

Em resposta à denúncia feita pelo Ministério Público Estadual do MA, ex-governadora Roseana Sarney se defendeu dizendo que nunca autorizou gastos no caso investigado. A ex-governadora do Estado sente-se injustiçada e afirma que ainda não foi procurada por nenhum órgão investigador para dar explicações sobre os possíveis desvios de verbas públicas na área da saúde, que afetaram o programa 'Saúde é Vida'. POLÍTICA

"Irei me defender de mais uma injustiça", diz Roseana Sarney

Em resposta à denúncia feita pelo Ministério Público Estadual do MA, ex-governadora Roseana Sarney se defendeu dizendo que nunca autorizou gastos no caso investigado



De acordo com a assessoria de Roseana, ela não foi procurada por nenhum órgão investigador para dar explicações sobre possíveis desvios de verbas

JOÃO CARVALHO JR.
ESPECIAL PARA O IMPARCIAL

A ex-governadora do Estado, Roseana Sarney, se manifestou sobre a denúncia feita pelo Ministério Público Estadual, acolhida e transformada em processo, onde ela é citada como ré. Ela se defende dizendo que nunca autorizou gastos no caso investigado.

De acordo com a assessoria de Roseana, ela não foi procurada por nenhum órgão investigador para dar explicações sobre os possíveis desvios de verbas públicas na área da saúde, que afetaram o programa 'Saúde é Vida'. "A ex-governadora Roseana Sarney nunca foi ouvida sobre a questão. Trata-se de uma denúncia genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, que foi incluída entre 16 pessoas como coautora apenas por ser governadora".

A assessoria diz ainda que a ex-governadora está tranquila quanto ao caso, por entender que não cometeu nenhuma ilegalidade. "Roseana Sarney tem a consciência serena de quem sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu admi-

nistrativamente no caso que está sendo investigado".

A nota enviada pela assessoria conclui dizendo que o caso trata-se de mais 'uma perseguição política' à ex-governadora. "Esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política."

"O fato da ação ter sido provocada por integrantes de partido, como o PCdoB, e por políticos que sempre fizeram oposição a mim, me dá a certeza de que se trata de mais uma perseguição. Mas isso não me intimidará. Não tenho medo e irei me defender de mais uma injustiça", declarou Roseana Sarney.

Outros envolvidos

A reportagem de O Imparcial buscou contato de todos os outros citados. Dos servidores, nenhum deles tem mais vínculos com a Secretaria de Estado da Saúde. Buscamos outras formas de contato, como busca telefônica, mas todos os números apontados para os referidos envolvidos não completavam chamadas.

Já o ex-secretário de Estado da Saúde, Ricardo Murad, não se pronunciou. Segundo a assessoria, não foi possível conseguir

NOTA DA ASSESSORIA DE ROSEANA SARNEY

A ex-governadora Roseana Sarney nunca foi ouvida sobre a questão. Trata-se de uma denúncia genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, que foi incluída entre 16 pessoas como co-autora apenas por ser governadora.

Roseana Sarney tem a consciência serena de quem sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado.

Esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política.

Assessoria de Roseana Sarney

declarações sobre o assunto.

As empresas envolvidas também foram procuradas. A Lastro Engenharia Incorporações e Indústria foi a primeira a ser procurada e também a responder. Segundo interlocutores da empresa, o presidente da empresa, Osvaldino Martins de Pinho, está em viagem e somente ele responderá sobre o assunto. Os sócios da Dimensão Engenharia e Construção Ltda, Antonio Barbosa Alencar e Mirella Palácio de Alencar, não estavam no escritório central. Segundo o Departamento de Marketing da empresa, existem vários escritórios da

Dimensão em São Luís, mas nenhum dos sócios apareceu em qualquer escritório.

O processo

No processo aberto pelo juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal, ele cita 16 pessoas, entre eles, políticos, empreiteiros, empresários e servidores públicos.

A tipificação do crime imputado a cada um varia de acordo com a suposta ação desempenhada. Alguns dos crimes em que podem ser enquadrados são peculato, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

Waldir Maranhão

O mundo político foi sacudido ontem com a decisão do ministro Teori Zavascki em afastar o deputado Eduardo Cunha do mandato e, por consequência, da presidência da Câmara e da linha sucessória. Fato depois confirmado por unanimidade pelo STF. Agora olha o tamanho do imbróglio. Por enquanto, não haverá eleição para escolher um sucessor, pois o cargo não está vago (só em caso de morte, renúncia ou perda de mandato). Dado como certo, o afastamento da presidente Dilma Rousseff vai levar à presidência o vice-presidente Michel Temer, enrolado por si e ainda por processo no TSE que pede a cassação da chapa eleita em 2014. Com a saída de cena de Cunha, o primeiro passa a ser Renan Calheiros e esse dispensa comentários. Se passar o rolo, vai sobrar para o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF e quarto na representação dos poderes. E o que tem Waldir Maranhão com isso? Atual vice-presidente e no momento no exercício da presidência, sem estatura para o cargo citado que foi por Alberto Youssef como um dos deputados do PP beneficiados por propinas de contratos da Petrobras. É alvo de inquérito em investigação que apura esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras, isso dentro da Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

Pau de galinheiro

Waldir Maranhão, que está em seu terceiro mandato como deputado federal, tem seu nome incluído ainda em inquéritos que apuram crime de lavagem de dinheiro no esquema investigado pela Operação Mi-queias, que trata de desvio de recursos de fundos de pensão e lavagem de dinheiro. No TRE maranhense, teve rejeitada a prestação de

contas referente às eleições (2010) para deputado federal por recebimento de recurso de fonte não identificada. Responde também a uma representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por captação ilícita de recursos. Para finalizar, no Tribunal de Justiça do Maranhão, responde a ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual.

CONSTRUÇÃO DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE IMPERATRIZ ESTÁ NA RETA FINAL

O centro de formação irá atender a 1500 alunos por ano e vai garantir acesso gratuito de crianças e adolescentes a atividades educativas e culturais

Foram mais de dois anos de espera, articulação, mobilização e trabalho para que o sonho do Conservatório de Música de Imperatriz se tornasse real. Fruto da parceria entre a Prefeitura Municipal de Imperatriz, através da Fundação Cultural, da empresa Eletrobras Eletronorte, do Ministério Público do Trabalho e da Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz, o Conservatório está a cerca de 60 dias para ser entregue ao município.

O projeto consiste em um centro de formação musical com capacidade para atender 1500 alunos por ano, garantindo acesso gratuito de crianças e adolescentes a atividades educativas e cultu-

rais. Além de 5 salas de aula, o Conservatório de Música de Imperatriz contará também com um auditório, salas administrativas, banheiros e cozinha, tendo toda sua arquitetura adequada aos princípios da acessibilidade.

O recurso para a construção do Conservatório foi garantido depois de um acordo envolvendo Ministério Público do Trabalho e a Eletrobras Eletronorte, que foi mediado pelo juiz da Vara da Infância de Imperatriz, Dr. Delvan Tavares. Uma vez pronto, o Conservatório de Música de Imperatriz será um equipamento público de cultura de responsabilidade da Prefeitura Municipal e que, através da Associação de Amigos

Mantenedores do Conservatório de Imperatriz, receberá mais recursos da Eletrobras Eletronorte para a manutenção das atividades.

O Conservatório de Música de Imperatriz oferecerá cursos introdutórios de música para crianças e adolescentes, além de cursos profissionalizantes, contemplando todas as idades. “Estamos finalizando o planejamento e o projeto de funcionamento do Conservatório. Várias pessoas e instituições estão engajadas para que Imperatriz receba esse grande presente, fruto dessa parceria”, afirmou Lucena Filho, presidente da Fundação Cultural de Imperatriz. *(Antônio Fabrício /ASCOM)*



Fotos: Divulgação



Equipe de engenheiros e da FCI visitam a obra

Igarapé Grande

Justiça determina fornecimento de leite especial a criança

Acolhendo pedido de Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Maranhão, na última quarta-feira (4), a Justiça determinou, em caráter liminar, que o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Saúde ou da Farmácia Especial de Medicamentos Excepcionais do Maranhão (Feme), garanta, no prazo de cinco dias, o fornecimento da fórmula PKU nº 2 a uma criança

do município de Igarapé-Grande. A criança sofre de Fenilcetonúria e necessita do uso contínuo do leite especial Pkumed B Plus. O fornecimento deve se dar de forma ininterrupta ou enquanto durar o diagnóstico médico atestando a necessidade do consumo do produto. Em caso de desobediência, ficou estabelecido o pagamento de multa diária no valor de R\$ 500.

Formulou a Ação Civil Pública, a promotora de Justiça Raquel Madeira Reis, que está respondendo pela comarca de Igarapé-Grande. Proferiu a decisão o juiz Thiago Henrique Oliveira de Ávila. Consta nos autos, que o fornecimento do leite especial foi interrompido em outubro de 2015, sendo retomado no último mês de abril, quando foram

entregues duas latas. No entanto, para a alimentação completa de uma criança são necessárias, pelo menos, quatro latas ao mês. Para solucionar o problema, antes de ajuizar a ACP, o MPMA chegou a entrar em contato com a Secretaria de Estado da Saúde, mas o órgão informou que não existia previsão para a regularização do fornecimento do produto.

(Ascom MPMA)

Reunião Preparatória para o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário

Os juízes Marcelo Moreira, titular do Juizado Especial de Bacabal e membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau, e Gladston Cutrim, auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, participaram, nos dias 3 e 4 de maio, em Brasília, da 1ª Reunião Preparatória para o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário – um dos principais eventos anuais do Judiciário brasileiro, previsto para ocorrer em novembro deste ano. Na oportunidade, também aconteceu a 2ª Reunião da Rede de Priorização do Primeiro Grau. Realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a iniciativa contou com a presença de presidentes de tribunais, representantes de associações de magistrados e servidores, para discussão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e as possíveis metas a serem estabelecidas para 2017.

Os juízes Gladston Cutrim e Marcelo Moreira – que também é vice-presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) – participaram de debates em grupos de trabalho que trataram da Política Nacional de Atenção Prioritária da Justiça de 1º Grau. De acordo com Marcelo Moreira, a orientação do CNJ é para que os tribunais atuem no sentido de viabilizar a efetiva participação dos Comitês Regionais na Política Nacional, contemplando as necessidades da jurisdição de 1º Grau, em suas propostas orçamentárias anuais de forma primordial. Outra necessidade, tratada nos debates, é a equiparação da força de trabalho entre o 1º e o 2º Graus, de forma que os tribunais iniciem a implementação da Resolução nº 219/2016-CNJ, que fixa regras para melhor distribuição de servidores, cargos e funções de confiança, nos órgãos do Poder Judiciário.

Garantida suplementação orçamentária no TJMA

PÁG. 2 [C1]

Garantida suplementação orçamentária no TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, garantiu junto ao governo do Maranhão a suplementação orçamentária para o pagamento da Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) referente ao ano de 2015. O pagamento será feito em três parcelas: julho, agosto e outubro. O presidente recebeu a confirmação do próprio governador.

O montante para pagamento da GPJ alcança o valor de R\$ 18 milhões. Além disso, ficou garantida, pelo governador, a

verba para pagamento da GPJ 2016, a ser paga em 2017.

Ficou também definido o repasse, em duas parcelas – a primeira até junho e a segunda no meio do 2º semestre – da verba para garantir o custeio do Judiciário até dezembro de 2016, somando um total de 15 milhões. O governador Flávio Dino confirmou durante a reunião, ainda, a garantia de suplementação para cobrir os gastos com folha de pessoal – nas condições atuais – e pagamento de todos os auxílios existentes até dezembro de 2016, num valor total de R\$ 30 milhões.

RECEPÇÃO

Atendendo solicitação feita por representantes, do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), o deputado Wellington do Curso (PP) solicitou que seja realizada audiência pública, com o intuito de debater a possível adoção de horário único de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Segundo os servidores públicos, essa é uma medida que já está sendo adotada em diversos tribunais do país.